

Notícias Sindicais, 28/10/14

Agência Sindical

Desemprego baixo fortalece lutas por aumento real

O desemprego de setembro é o mais baixo dos últimos 12 anos para o mês, apura Pesquisa Mensal do Emprego do IBGE. A taxa ficou em 4,9%, baixa de 0,5 ponto percentual em relação a setembro de 2013.

Segundo o IBGE, o contingente de desempregados foi de 1,2 milhão em setembro deste ano – estabilidade em relação a agosto último e queda de 10,9% na comparação com setembro do ano passado.

Salário - Os institutos e dados do próprio Caged (Ministério do Trabalho) têm apontado melhoria, também, na renda dos trabalhadores. As categorias vêm negociando aumento real nas datas-bases. Comerciantes e químicos do Estado de São Paulo e bancários (em acordo nacional) estão entre as que conseguiram ganho real.

Dieese - A Agência Sindical ouviu Airton Santos, coordenador de atendimento técnico e sindical do Dieese. Ele credita o bom nível de emprego ao que chama de “leve melhora” da economia no terceiro trimestre, frente ao primeiro semestre.

“Há indicações de recuperação moderada. E aí podem ser vários os fatores. Um é o poder de compra dos salários. Outro, a movimentação da economia no final de ano, que sempre é mais acelerada”, afirma o economista. Para Airton Santos, não se pode precisar se haverá ou não melhora geral da economia (macro).

Segundo o técnico do Dieese, o baixo desemprego é positivo para as campanhas salariais deste semestre, pois o trabalhador não terá a pressão do desemprego. Airton ainda cita indicações de que melhorou o ânimo dos empresários e dos próprios consumidores.

Portal Mundo Sindical

Metalúrgicos preparam manifestação no Salão do Automóvel em São Paulo

A CSP-Conlutas e os metalúrgicos de São José dos Campos vão realizar sua primeira manifestação para pressionar o governo federal após o período de eleição presidencial. Na próxima sexta-feira, dia 31, a partir das 14h, acontecerá uma manifestação no Salão do Automóvel, em São Paulo, para exigir medidas em defesa do emprego nas montadoras.

Os trabalhadores defendem, especialmente, a assinatura de uma medida provisória que garanta estabilidade no emprego. Hoje, há milhares de metalúrgicos em todo o país em lay-off (medida que suspende os contratos de trabalho) e férias coletivas.

Na GM de São José dos Campos, há 930 trabalhadores em lay-off desde setembro. Na planta de São Caetano, região do ABC paulista, a montadora pretende demitir 200 e abrir lay-off para mais de 800.

Ao contrário do que tenta fazer acreditar a presidente Dilma Rousseff, o nível de desemprego segue em ritmo crescente nas montadoras. Segundo o Dieese - subseção do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, houve perda de 10,4 mil postos de trabalho entre setembro de 2013 e setembro de 2014 no setor em todo o país.

No ato do Salão do Automóvel, a CSP-Conlutas vai distribuir panfletos ao público com informações sobre a realidade de quem trabalha nas empresas fabricantes de veículos. Além da estabilidade no emprego, a categoria também reivindica redução da jornada de trabalho, adoção de um Contrato Coletivo Nacional e proibição da remessa de lucros das empresas para suas matrizes no exterior.

“As montadoras estão jogando duro para redução de custos com mão de obra. O governo federal já concedeu bilhões em incentivos fiscais para a indústria e, mesmo assim, os trabalhadores continuam sendo penalizados. Seja qual for o resultado das urnas no próximo domingo, vamos pressionar o governo para que tome medidas urgentes em favor dos trabalhadores”, afirma o secretário geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e membro da CSP-Conlutas, Luiz Carlos Prates, o Mancha.

O Salão do Automóvel será no Parque de Exposições do Anhembi, em São Paulo.

Fonte: Shirley Rodrigues/Assessoria Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região - 27/10/2014

Portal da UGT

Após setor têxtil, CPI do Trabalho Escravo de São Paulo quer investigar construção civil 27/10/2014

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) aberta na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para apurar a exploração de trabalho escravo em São Paulo foi concluída nesta quarta-feira,

22, durante sessão na qual foi aprovado relatório final com recomendações e requerimentos para diferentes órgãos. A investigação conduzida pelos deputados estaduais Carlos Bezerra Jr. (PSDB), presidente da CPI, Carlos Cezar (PSB), vice, Leci Brandão (PCdoB), relatora, Alex Manente (PPS), Hélio Nishimoto (PSDB), Jooji Hato (PMDB), Luís Cláudio Marcolino (PT), Marco Aurélio (PT) e Padre Afonso Lobato (PV), durou seis meses e se concentrou principalmente na exploração de escravidão no setor têxtil. Entre as principais conclusões dos parlamentares está a de que é necessária a abertura de nova CPI do Trabalho Escravo, esta voltada para apurar exploração de escravidão na construção civil.

Inicialmente, os deputados consideraram fazer uma pausa nos trabalhos para que a CPI não fosse prejudicada pelas eleições. O deputado Marco Aurélio (PT) chegou a apresentar uma proposta para alteração no regimento interno da Assembleia Legislativa, pedindo que o artigo 34-A fosse alterado para permitir que, havendo consenso entre os integrantes de uma CPI, ela possa ser suspensa por 30 dias para ser retomada novamente depois. Sem conseguir aprovar a mudança a tempo, os parlamentares passaram a considerar a abertura de uma nova investigação voltada especificamente para os flagrantes na construção civil.

A CPI que terminou agora conclui que são necessárias novas medidas e investigações para coibir a exploração de trabalho escravo no setor têxtil. Entre os requerimentos do documento final está o pedido de novas fiscalizações por parte do Ministério do Trabalho e Emprego nas cadeias produtivas de empresas flagradas se beneficiando de trabalho escravo nos últimos cinco anos, que não tenham sido alvos de novas fiscalizações ou condenadas.

O relatório com as conclusões será encaminhado ao Ministério Público Federal com a solicitação de que o órgão avalie o envolvimento de todas as empresas convocadas em “possíveis redes de tráfico de pessoas ou em esquemas próprios de aliciamento de trabalhadores”. Segundo a assessoria de imprensa do deputado Carlos Bezerra Jr., presidente da CPI, foram chamados a dar explicações na Assembleia Legislativa executivos das empresas Arthur Lundgren Tecidos (Casas Pernambucanas), Collins, Empório Uffizzi, Inditex (Zara), Marisa, M5 (M.Officer), Rhodes Confecções e Zara Brasil, todas do setor têxtil, além de representantes das construtoras OAS, MRV, Racional e Salvatta.

Marketing social x responsabilidade real

O relatório final indica que, apesar de publicamente algumas das grifes flagradas com trabalho escravo adotarem discursos contra a escravidão e prometerem medidas para garantir o respeito a direitos trabalhistas e direitos humanos, na prática nem sempre isso acontece. A Zara, responsabilizada pelo flagrante em sua cadeia produtiva em 2011, é citada como um exemplo de empresa que investe em marketing social mas não necessariamente se preocupa em alterar as condições a que trabalhadores são submetidos. O relatório cita novas irregularidades trabalhistas encontradas na cadeia produtiva da empresa após o flagrante de trabalho escravo em 2011 e a convocação de uma coletiva de imprensa por parte da empresa para anunciar medidas sociais na véspera da convocação para a CPI. O documento destaca ainda que tais infrações deveriam ter sido informadas ao Ministério Público do Trabalho, conforme Termo de Ajustamento de Conduta assinado pela empresa por ocasião do flagrante, e não foram.

Há grande interesse em passar a preocupação com essa questão para a opinião pública, (...) mas a organização das empresas é feita sobre outras bases

“Na prática, o que se verificou por esta CPI é que há grande interesse em passar a preocupação com essa questão para a opinião pública, seja por ações judiciais divulgadas amplamente na imprensa ou por campanhas de marketing, mas a organização das empresas é feita sobre outras bases, que não punem quem contrata mão-de-obra escrava nem favorecem o executivo que se recusa a tal tipo de conduta com prejuízo financeiro, os bônus e promoções dele serão atrelados a lucro e produtividade”, diz o relatório aprovado na quarta-feira.

A CPI critica ainda a postura das empresas que se recusam a reconhecer a responsabilidade pelas condições em sua linha de produção alegando que não se trata de uma terceirização irregular, mas sim de contrato de fornecimento, em que a responsabilidade pela situação seria das oficinas contratadas para a produção. O caso da M5, empresa detentora da marca M.Officer, é citado como exemplo. Após flagrante de escravidão na produção de peças que comercializa, a empresa se recusou a assinar o Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público do Trabalho alegando que não é produtora de roupas, mas sim vendedora.

A CPI fez requerimento ao MPF para “que apure a veracidade das informações prestadas a esta CPI pela M5 Indústria e Comércio Ltda. dando conta de que sempre foi varejista e jamais teve nos quadros da marca M.Officer costureiros contratados”. A empresa pode ser punida caso se verifique que mentiu à comissão.

Embora a resposta para crimes que envolvem crueldade (...) seja geralmente, por parte do legislador, a criação de novas sanções penais, ainda mais duras, tal mecanismo não tem se revelado eficiente na prática, como relataram especialistas de diversas áreas à CPI

Punição econômica

O relatório cita a estimativa de que "existam entre 12 mil e 14 mil sweatshops no Estado de São Paulo" e de que "no ramo da costura, o empregador que utiliza mão-de-obra escrava ganhe ilicitamente R\$ 2.300,00 mensais sobre cada um deles, em concorrência desleal com empregadores que respeitam as leis vigentes no país".

Os parlamentares defendem que medidas econômicas podem ser mais eficientes no combate à escravidão contemporânea do que o endurecimento da legislação penal. "Embora a resposta para crimes que envolvem crueldade – como é o caso de redução à condição análoga à de escravo, art. 149 do Código Penal Brasileiro – seja geralmente, por parte do legislador, a criação de novas sanções penais, ainda mais duras, tal mecanismo não tem se revelado eficiente na prática, como relataram especialistas de diversas áreas à CPI", conclui o documento.

O representante das empresas reclamou da importação de peças de países em que são comuns as denúncias de exploração de escravos no setor têxtil, o que configura concorrência desleal que prejudica empresários brasileiros, fato que foi considerado pelos parlamentários. O relatório defende que o Governo brasileiro trabalhe para a criação de um cadastro semelhante à Lista DOL ("List of Goods Produced by Child Labor or Forced Labor", em inglês) adotada pelo governo dos Estados Unidos, que aponta restrições para relações comerciais com setores empresariais de outros países onde ocorrem de maneira sistemática violações comprovadas.

A CPI também recomenda ao Governo Estadual "medidas administrativas e/ou tributárias de incentivos econômicos às empresas da área têxtil com atuação no Estado de São Paulo que, de forma transparente, comprovarem a idoneidade de toda sua cadeia produtiva", e a criação de um grupo interdisciplinar dedicado a estabelecer uma política de contratação de empresas terceirizadas no setor de confecções.

Por fim, recomenda "aos bancos públicos e agências de fomento, nacionais e no âmbito do Estado de São Paulo que, para a concessão de financiamentos e incentivos consultem, antes da concessão de crédito, não apenas a Lista Suja do Trabalho Escravo mas também flagrantes de trabalho escravo", lembrando que "no âmbito do Estado de São Paulo, as empresas podem ser banidas por 10 anos devido ao uso de trabalho escravo, o que afeta sobremaneira a análise financeira para concessão de crédito".

A Comissão de Valores Mobiliários e a BM&Fvespa receberam indicações de que devem passar a considerar, como parte do critério da sustentabilidade das empresas que negociam ações na Bolsa de Valores, se tais grupos se beneficiam de trabalho escravo - questão que também preocupa o MPT.

Dignidade para imigrantes

Tendo em vista que a maioria das vítimas de escravidão no setor têxtil são trabalhadores imigrantes, os cônsules do Peru, Arturo Jamara, e da Bolívia, Jaime Pedro Valdivia Almanza, também foram ouvidos pela CPI. O relatório aponta que muitos dos trabalhadores estrangeiros acabam em situação vulnerável devido "à falta de clareza e compreensão das regras migratórias e políticas de legalização no âmbito do Mercosul", e cita problemas que vão desde falhas de atendimento por parte da Polícia Federal até dificuldades para estrangeiros conseguirem tirar carteira de trabalho. Há casos, segundo o documento, de trabalhadores estrangeiros que, apesar de estarem regulares no Brasil, têm que esperar até cinco meses para tirar carteira de trabalho no Ministério do Trabalho e Emprego.

Há preocupação também em relação à falta de preparo e condições nas fronteiras, onde imigrantes deveriam receber orientações sobre direitos e atendimento adequado. O caso de um adolescente peruano que atravessou a fronteira sem os pais e acabou escravizado em São Paulo é mencionado como exemplo de que as leis brasileiras sobre trânsito internacional de crianças e adolescentes não são responsáveis. O relatório cita os artigos 83 a 85 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990) e a Resolução 131 do Conselho Nacional de Justiça.

O relatório indica para a Presidência da República e para o Congresso Nacional a importância da ratificação da "Convenção sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de Sua Família", acordo da ONU em vigor desde 2003 e do qual o Brasil é o único país do Mercosul não signatário; pede que o Ministério das Relações Exteriores reveja a regulamentação da lei de renovação dos vistos regulares de imigrantes do Mercosul, eliminando "entraves burocráticos"; e defende medidas que favoreçam a integração, como curso de língua portuguesa gratuitas para estrangeiros.

Ao governo de São Paulo, a CPI pede investimentos na 1ª Delegacia de Polícia de repressão aos crimes contra a liberdade pessoal e a criação da Delegacia do Imigrante, especializada em

receber e atender este público. Também pede que "todos os órgãos e instituições estaduais encarregados da repressão ao tráfico de pessoas e trabalho escravo que as vítimas não podem ser submetidas a processos de deportação". Na semana passada, um representante da Polícia Militar de São Paulo falou em deportação de bolivianos resgatados na TV.

Ao todo, a CPI apresenta 5 projetos de lei, todos voltados para políticas públicas de garantias a imigrantes e a trabalhadores resgatados da escravidão. Estão previstos projetos de lei para a criação do "Fundo de Amparo ao Trabalhador Vítima de Trabalho Escravo", de uma "Política Uniformizada de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo no Estado de São Paulo", de um "Sistema de Fomento de Cooperativas de Imigrantes", do "Programa de Microcrédito Paulista" para cooperativas de imigrantes, e de incentivos econômicos, tributários e concorrenciais para as empresas da área têxtil que, de forma transparente, comprovarem a idoneidade de toda sua cadeia produtiva.

Por fim, sobre imigração, o relatório conclui que "não se pode aplicar um viés reducionista à análise da situação dos imigrantes em São Paulo, inferindo que todos seriam menos capazes de avaliar riscos ou de se integrar na sociedade", e lembra que "a própria história do Estado de São Paulo, cuja pujança foi construída por sucessivos ciclos imigratórios e migratórios, demonstra que o imigrante é parte importante na construção de nossa sociedade e que sua plena integração não se trata apenas de solidariedade ou de apoio aos mais fracos, mas de uma política estratégica de enriquecer o crescimento do Estado e a melhoria da qualidade de vida das pessoas".

Fonte: Repórter Brasil

Agência Brasil, 27/10/14

Emprego na construção civil sobe 0,28% em setembro

Flávia Albuquerque – Repórter da Agência Brasil Edição: Denise Griesinger

O nível de emprego na construção civil cresceu 0,28% na comparação com o mês anterior. As contratações com carteira assinada chegaram a cerca de 10 mil. Os dados são de pesquisa elaborada pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com isso, ao final de setembro o número de trabalhadores do setor somava 3,528 milhões.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, quando o setor empregava 3,571 milhões, a pesquisa indica queda de 1,22%. Entre janeiro e setembro de 2014, o índice apresentou alta de 0,41%, com a criação de 14,5 mil vagas. Entre as cinco regiões do país, apenas o Centro-Oeste apresentou resultado negativo no período.

Segundo o presidente do SindusCon-SP, José Romeu Ferraz Neto, "a queda do nível de emprego na construção, na comparação com setembro de 2013, deveu-se principalmente à menor atividade do segmento imobiliário, em consequência da desaceleração da atividade econômica como um todo".

No estado de São Paulo o indicador apresentou leve queda de 0,03% em setembro ante o mês anterior, com o saldo entre demissões e contratações ficando negativo em 235 postos de trabalho. Com o resultado, o número de empregados na construção civil no estado ao final de agosto somava 864,5 mil pessoas com carteira assinada. Das dez regiões pesquisadas, seis (Santo André, Campinas, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto e Presidente Prudente) apresentaram queda no período.

Entre janeiro e setembro, o indicador registrou alta de 0,06%, com 557 contratações. Na comparação com setembro de 2013, quando o estado registrava 882 mil trabalhadores, o levantamento apresentou declínio de 1,99%.

Portal Mundo Sindical

Trabalhadores da construção civil de PE entram em greve na 2ª feira

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Pesada em Pernambuco (Marreta) decidiram entrar em greve a partir de segunda-feira (27), após decisão em assembleia realizada na última quarta-feira (22). A categoria, que conta com cerca de 40 mil trabalhadores no estado, espera total adesão.

O Marreta pede um reajuste salarial de 15%, pagamento de 100% de hora extra aos sábados e o vale-refeição. "Já pedimos pelo vale-refeição tem cinco anos e até agora nada. Algumas empresas até pagam, mas são a minoria. Dessas nossas reivindicações, eles só ofereceram proposta sobre o reajuste salarial, oferecendo 6,5%", informou o vice-presidente do sindicato, Reginaldo Ribeiro.

Segundo o diretor de relações trabalhistas do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco (Sinduscon-PE), Érico Furtado, os patrões não têm condições de arcar com as demandas dos trabalhadores. "Este não foi um ano bom e 2015 também não deve ser.

Esperamos que eles nos procurem para que as negociações tenham continuidade", afirmou. Ainda segundo Furtado, Pernambuco tem cerca de mil empresas em atividade no setor de construção civil.

O Marreta promete uma passeata na manhã da segunda-feira pelo Centro do Recife. A mobilização deve começar em frente à sede do sindicato, na Rua da Concórdia.

Fonte: G1 - 27/10/2014

Portal Gestão Sindical

Indicadores sociais e econômicos revelam declínio da desigualdade social a partir de 2003

24/10/2014 - Fonte: Adital

O Centro para Pesquisa Econômica e Política (CEPR, na sigla em inglês) acaba de lançar um relatório em que investiga indicadores sociais e econômicos, bem como mudanças em políticas ocorridas no Brasil desde 2003. "As vidas de dezenas de milhares de brasileiros foram transformadas pelas mudanças nas políticas econômicas e sociais da última década", afirma um dos diretores do CEPR, Mark Weisbrot, autor principal do relatório. "Um aumento expressivo do crescimento econômico, combinado a maiores gastos sociais, grandes aumentos no salário mínimo real e maior poder de barganha para o trabalhador – tudo isso garantiu a redução da pobreza e do desemprego, além do declínio da desigualdade. Essas mudanças parecem ser duradouras, tendo a maioria delas sobrevivido à recessão mundial e ao desaquecimento da economia e do comércio mundiais nos últimos anos."

Descobertas do relatório

Desde que o Partido dos Trabalhadores (PT) foi eleito à Presidência, com Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2004, a pobreza foi reduzida em 55%, de 35,8% da população para 15,9% em 2012. A extrema pobreza foi reduzida em 65%, de 15,2% para 5,3% durante o mesmo período. Na última década, 31,5 milhões de brasileiros foram tirados da pobreza e, desse número, 16 milhões saíram da extrema pobreza. Por outro lado, o PIB per capita cresceu a uma taxa de 2,5% anualmente, de 2003 a 2014, mais de três vezes o crescimento anual de 0,8% do governo anterior (1995-2002). Isso aconteceu apesar da crise financeira e recessão mundiais, de 2008-2009, que levaram o Brasil a uma recessão em 2009. O número também inclui o desaquecimento dos últimos anos.

Os gastos sociais aumentaram de forma consistente desde 2003, subindo de 13% do PIB para mais de 16% em 2011, último ano para o qual há dados disponíveis. Os gastos com educação cresceram de 4,6% do PIB em 2003 para 6,1% do PIB em 2011. O desemprego diminuiu de 13% em 2003 para uma média de 4,9% no primeiro trimestre de 2014, um recorde histórico.

O relatório avalia que esses resultados foram conseguidos por meio de escolhas políticas, inclusive do ponto de vista monetário e fiscal muitas, com uma política industrial reativada, menor taxa de juros doméstica e ruptura com as condições impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) após o pagamento adiantado da dívida do país, em 2005. O estímulo econômico ajudou o Brasil a se recuperar com força da recessão global de 2008-2009. O governo aumentou o salário mínimo real (ajustado pela inflação) em 84%, isso estimulou aposentadorias e salários do setor público, que estão ligados ao salário mínimo, bem como outras remunerações.

Programas como o Bolsa Família ajudaram a diminuir a pobreza. Desde 2003, os gastos reais (ajustados pela inflação) com o programa aumentaram de 4,8 bilhões para 20,7 bilhões de reais (de 0,2% do PIB para 0,5% do PIB). De 2003 a 2012, o número de indivíduos assistidos pelo Bolsa Família subiu de 16,2 milhões para 57,8 milhões. Em percentagem da população, a cobertura foi de menos de 9% em 2003 saltou para quase 29 por cento em 2012.

O governo do PT auxiliou, parcialmente, o setor industrial do país por meio do BNDES, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social. Os desembolsos do BNDES aumentaram de 2,2% do PIB em 2005 para quase 4% em 2013, sendo que setores prioritários para a política industrial brasileira receberam cerca de 80% desses desembolsos entre 2006 e 2012.

Nos últimos anos, no entanto, a economia ficou mais lenta, apesar do desemprego ter continuado a cair e os salários médios terem aumentado. O relatório culpa políticas macroeconômicas rígidas demais e, às vezes, pró-cíclicas, incluindo as políticas monetária e fiscal, desde 2011, pelo desaquecimento econômico; bem como o desaquecimento da economia e do comércio mundiais.

Para acessar o relatório na íntegra vá até o link http://org.salsalabs.com/dia/track.jsp?key=-1&url_num=8&url=http%3A%2F%2Fwww.cepr.net%2Findex.php%2Fother-languages%2Fportuguese-reports%2Fa-economia-brasileira-em-transicao

Portal da UGT

OIT: mais da metade da América Latina trabalha na informalidade

27/10/2014

Mais de 50% dos trabalhadores da América Latina trabalham de maneira informal, o que coloca em risco as democracias da região, assegurou nesta quinta-feira no Panamá um funcionário da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

"Entre 50% e 60% (dos trabalhadores na região) estão em condições de informalidade ou trabalham informalmente", disse o jornalista Virgilio Levaggi, diretor da OIT para América Central, Haiti e República Dominicana.

Segundo Levaggi, uma pessoa que tem um trabalho formal pensa em progredir, enquanto os trabalhadores informais querem apenas sobreviver, sem sequer ter acesso a todos os direitos e a recursos básicos.

"Não há democracia que resista a um grande número de seus membros desejando somente sobreviver, enquanto os outros podem evoluir", manifestou.

Na semana passada a OIT afirmou no Peru, durante sua reunião regional, a necessidade de promover o trabalho decente para reduzir a informalidade e a desigualdade nas Américas.

Na Declaração de Lima, a OIT pediu o combate à desigualdade por meio de políticas públicas integradas, econômicas e sociais, que promovam a inclusão social, o trabalho decente e o emprego produtivo.

"A grande preocupação da América Latina é a qualidade do emprego", afirmou Levaggi, que acha necessário aumentar a produtividade e reduzir a desigualdade de renda.

Contudo, Levaggi afirma que nos últimos anos a informalidade na América Latina diminuiu porque "há uma demanda por qualidade do emprego, o que não havia há alguns anos", disse.

De acordo com o funcionário da OIT, a informalidade no trabalho existe desde a época colonial, com taxas que há alguns anos superaram os 80%, principalmente no comércio, na agricultura e, um pouco menos, na indústria.

A situação dos menores é ainda mais preocupante. De acordo com a OIT, 12,5 milhões de crianças e adolescentes trabalham na América Latina. Destas, 9,5 milhões atuam em condições perigosas.

Fonte: <http://www.em.com.br/>

CONFEDERACIÓN GENERAL DEL TRABAJO (C.G.T.) ESPAÑA

Sindicatos anarcosindicalistas se reúnen en Madrid

Rebanadas de Realidad - CGT Madrid, 23/10/14.- Agrupados en la Coordinadora Rojinegra, varias organizaciones anarcosindicalistas europeas se reúnen los próximos 25 y 26 de octubre en Madrid. Al encuentro, que se realiza anualmente, han confirmado la asistencia las organizaciones sindicales: CNT-f de Francia, ESE de Grecia, USI de Italia, IP de Polonia, AWU de Ucrania, SAC de Suecia y CGT y SO de España,

En el orden del día, está previsto que cada organización haga un repaso de la actuación que ha llevado a cabo en el último año, así como avanzar en la concreción de campañas conjuntas, como el 1º de mayo, la Autogestión o contra El Acuerdo Transatlántico de Libre Comercio e Inversión, la represión y también la puesta en funcionamiento de una página web común.

Las organizaciones que componen la Coordinadora Rojinegra mantienen un contacto habitual y se coordinan para realizar campañas de solidaridad mutua entre los distintos sindicatos cuando existe un conflicto o un tema común.

El día 25 de Octubre a las 19:00 horas en el Ateneo Libertario de Hortaleza (Calle Santa Susana, 55, Metro Parque de Santa María) CGT y Solidaridad Obrera han organizado un acto público en el que participarán las organizaciones sindicales que componen la Coordinadora Roja y Negra en el que se debatirá sobre la represión y otros asuntos de actualidad desde el punto de vista sindical y la lucha social.

GABINETE DE PRENSA CONFEDERAL DE CGT

Organizado por Ernesto Germano